



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 108/XIV/ 2.ª SL

Aos 30 dias do mês de março de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### Formato misto (presencial + videoconferência)

##### **1. Aprovação da ata n.º 107;**

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) pediu a palavra para referir que pretendia incluir um inciso na primeira página, na intervenção do Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), no sentido de clarificar que o PSD acompanharia a proposta do CDS-PP sobre esta matéria (ponto 2. da ata).

No pressuposto da inserção do referido inciso, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, na ausência do grupo parlamentar (GP) BE.

##### **2. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 565/XIV/2.ª (CH) – “Pela inclusão, nas deduções à coleta, das despesas relacionadas com ginásios, clubes de fitness e de saúde” Autor: Carlos Brás (PS)**

O Senhor Deputado Carlos Brás (PS) apresentou, por videoconferência, o parecer de que foi autor. Referiu no ponto relativo à sua opinião que, o projeto de lei terá perdido oportunidade, tendo ficado prejudicado pela aprovação, no Orçamento de Estado para 2021, de uma norma de âmbito e objeto semelhantes.

O Senhor Deputado André Ventura (CH) solicitou a palavra para cumprimentar o autor. Referiu ainda que, embora compreendendo o comentário do Deputado relator, entende que o âmbito material da proposta aprovada no Orçamento de Estado para 2021 não é absolutamente equivalente. Adicionalmente disse que, no e-fatura ainda não é possível efetivar a dedutibilidade destas despesas. Referiu, por fim, os evidentes objetivos extrafiscais desta medida.

Submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 108/XIV/ 2.ª SL

#### **3. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PS para audição urgente da Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira no âmbito do trespasse da concessão de seis barragens entre a EDP e a Engie;**

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) apresentou o requerimento do seu GP, referindo que este é autoexplicativo. Segundo disse, é importante que o Parlamento conheça as diligências que estão a ser desenvolvidas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), a respeito deste negócio.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) disse que a perplexidade sobre este negócio é geral, existindo dúvidas quanto à legalidade da fiscalidade aplicada ao mesmo. Saliu de seguida que, embora concorde com a vinda da Diretora-Geral da AT, preferiria, por entender ser mais cordial, que esta ocorresse após as diligências que estão a ser empreendidas pela AT e não imediatamente, de forma a que esta audição não seja vista como algum tipo de pressão sobre a atuação da AT.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) disse que tinha razão o PCP quando, há um ano, apresentou um projeto com vista a inviabilizar este negócio. Disse de seguida que entende que a solução será o Governo utilizar a sua prerrogativa de impedir o negócio, conforme será discutido à tarde no âmbito do projeto de resolução, apresentado pelo PCP. Mais disse que, não se opõe a nenhuma audição, eventualmente sendo de ponderar a nota do Senhor Deputado Duarte Pacheco. Disse por fim, entender que seria pertinente dar conhecimento à Comissão de Ambiente para que, querendo, se associe a esta audição.

Antes de passar a palavra, o Senhor Presidente esclareceu que a COF não foi convidada para nenhuma audição. Foram os serviços de apoio àquela comissão que informaram os senhores deputados da COF da realização da mesma.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) disse de seguida não ter muito a acrescentar ao já dito. Referiu que é importante ouvir a diretora da AT dada a evidente implicação fiscal do negócio. Mais disse que se a inspeção que está a ser desenvolvida pela AT não demorar muito tempo, fará sentido esperar pelas conclusões da mesma e ouvir depois a Senhora Diretora da AT.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) disse concordar com a audição, querendo, contudo, clarificar que a intervenção "ex post" da AT não anula as responsabilidades "ex ante" do Governo, não o desresponsabilizando. Disse que poderia haver um contacto



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 108/XIV/ 2.ª SL

informal com a diretora da AT, no sentido de aferir o estado do processo e se se justifica esperar algum tempo pela sua conclusão, antes de realizar a audição.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) disse acompanhar o requerimento e não ver quaisquer razões para aguardar mais tempo pela audição, devendo a mesma ser marcada assim que possível.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) disse que não era ideia do PS protelar a audição e que a realização imediata não poderia ser vista como um fator de pressão sobre a AT. Contudo, se o entendimento da maioria fosse em sentido diverso, também não se oporia.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou esclarecimento sobre se a sugestão efetuada, de adiar a audição até à conclusão da inspeção, seria acolhida pelo PS uma vez que tal facto, condicionaria o sentido de voto do PSD.

O Senhor Presidente esclareceu que, nos termos atuais, a audição era requerida pelo PS com caráter de urgência. Contudo compreendia o argumento de que existe o risco de a Diretora da AT recusar-se a prestar os esclarecimentos solicitados por estar em curso um processo.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) disse que, com vista a facilitar a votação para todos os senhores deputados, aceitaria dividir a votação: uma sobre a audição e outra sobre o momento da audição, reiterando, contudo, que esta deverá ser o mais célere possível.

Submetido o requerimento de audição a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sugeriu de seguida que, antes de se proceder à votação da segunda parte do requerimento, relativa ao caráter de urgência do mesmo, fosse feito, pelo Senhor Presidente, um contacto informal com a diretora da AT, no sentido de aferir o prazo estimado para a conclusão do inquérito, devendo a votação desta parte do requerimento ser realizada na próxima reunião, já após esse contacto.

Todos os deputados anuíram na sugestão efetuada, tendo ficado adiada a votação desta parte do requerimento para a reunião seguinte, após contacto do senhor presidente com a diretora da AT.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 108/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Soveral Andrade (PSD) pediu a palavra para clarificar se se estaria a falar do inquérito ou da ação inspetiva ou de ambas as coisas, pois tal não havia ficado claro.

Tanto a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) como o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) se pronunciaram no sentido de estar em causa a operação de trespasse da concessão das seis barragens em si, independentemente da ação concreta que possa estar a ser desenvolvida pela AT.

**4. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 1128/XIV/2.ª (IL) – “Pela implementação das recomendações do Tribunal de Contas relativas à transparência dos contratos abrangidos pelo regime de exceção”;**

Questionado sobre a metodologia de discussão do projeto de resolução, nos termos do artigo 128.º do Regimento, o Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) disse pretender discuti-lo em Comissão.

**5. Votação de requerimentos apresentados no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 655/XIV/2.ª (PCP) – “Altera os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT) relativo à contabilidade (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/2020, de 3 de agosto)”;**

O Senhor Presidente questionou se seria de votar os requerimentos apresentados em conjunto ou se os deputados queriam autonomizar alguma das entidades a ouvir. Mais questionou se as audições seriam de realizar por escrito ou presencialmente, uma vez que os requerentes não tinham clarificado este aspeto.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) referiu que o seu requerimento realmente não especificava se a consulta seria por escrito ou presencial. Sugeriu, pois, que a Comissão Nacional de Proteção de Dados, a Ordem dos Contabilistas Certificados, a ANACO – Associação Nacional de Contabilistas e o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais fossem ouvidos presencialmente e todas as demais entidades se pronunciassem por escrito. Mais solicitou que fosse incluída a audição por escrito do Observatório Cívico dos Contabilistas que, por lapso, não havia incluído no requerimento apresentado.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 108/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) disse não se opor a que a AT fosse ouvida por escrito.

Submetidos à votação, os requerimentos de audição do PCP e PS foram aprovados por unanimidade, na ausência do CH.

#### **6. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente disse ter recebido uma carta, por parte do CEO do Novo Banco, nos termos da qual este se disponibiliza a prestar todos os esclarecimentos relativos aos resultados do Banco, na COF, se e quando os deputados entenderem conveniente. Mais referiu que a próxima audição regimental do Ministro das Finanças, terá lugar no próximo dia 13 de abril, às 15h. Por fim, relativamente à reunião da Comissão da próxima semana, questionou se seria preferível que a mesma se realizasse no dia 6 ou 7, de manhã ou de tarde. Com a anuência dos presentes, a reunião ficou agendada para o dia 7 de abril, às 9h30.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) solicitou que fosse desconsiderada a indicação dada na última reunião para que o projeto de resolução n.º 1106/XIV/2.ª (PCP) "Uma Caixa Geral de Depósitos ao serviço da economia nacional e do país" fosse discutido em Plenário e que este fosse agendado para discussão em Comissão, o que ficou acordado.

**16H00**

#### **Audição do Governador do Banco de Portugal, no âmbito do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE. (videoconferência)**

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos, cumprimentando o Senhor Governador do Banco de Portugal e os Senhores Deputados, enquadrando a audição do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE relativo a moratórias bancárias.

Em sede de primeira ronda, intervieram os Senhores Deputados Mariana Mortágua (BE), Fernando Anastácio (PS), Carlos Silva (PSD), Duarte Alves (PCP), Cecília Meireles (CDS-PP), André Silva (PAN), André Ventura (DURP CH) e João Cotrim de



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 108/XIV/ 2.ª SL

Figueiredo (DURP IL), tendo o Senhor Governador respondido individualmente às questões colocadas por cada Senhor Deputado.

Em sede de segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Vera Braz (PS), Carlos Silva (PSD), Mariana Mortágua (BE), Duarte Alves (PCP) e Cecília Meireles (CDS-PP), posto o que o Senhor Governador do Banco de Portugal, respondeu ao conjunto das questões colocadas.

O Senhor Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelo Senhor Governador do Banco de Portugal e deu por concluída a audição. Tendo a audição sido gravada em suporte vídeo, dispensa-se o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

---

A reunião foi encerrada às 18:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 março 2021.

O PRESIDENTE



(FILIPE NETO BRANDÃO)



**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 108/XIV/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)  
Fernando Anastácio (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Hortense Martins (PS)  
João Gouveia (PS)  
João Paulo Correia (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Nuno Sá (PS)  
Vera Braz (PS)  
Afonso Oliveira (PSD)  
Alberto Fonseca (PSD)  
Carlos Silva (PSD)  
Duarte Pacheco (PSD)  
Eduardo Teixeira (PSD)  
Hugo Carneiro (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Margarida Balseiro Lopes (PSD)  
Mariana Mortágua (BE)  
Duarte Alves (PCP)  
Cecília Meireles (CDS-PP)  
André Silva (PAN)  
André Ventura (CH)  
João Cotrim De Figueiredo (IL)  
Carlos Pereira (PS)  
Joana Lima (PS)  
João Paulo Pedrosa (PS)  
Artur Soveral Andrade (PSD)  
Sara Madruga Da Costa (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino (PS)  
Ricardo Vicente (BE)

